

ATA NÚMERO 3

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente Lucinda Fonseca, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Nuno Miguel Oliveira de Sousa Queirós, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, **Miguel Ângelo Teixeira Coelho**, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Fernando José Moura e Silva, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Pedro Miguel Torres Varejão Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Luísa Magalhães Maia, Carlos António da Silva Carvalho, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
Lomba – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – Carlos César Carvalho substituído por Tiago Queirós
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha

VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO
Joaquim António Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Magalhães
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite –
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António
Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Pedro Manuel Barros Pereira e o senhor Carlos César Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Mancelos.

Tomou posse nesta reunião o senhor Miguel Ângelo Teixeira Coelho, que substituiu o senho Deputado Pedro Barros.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a número dois, de dezasseis de dezembro do ano de dois mil e dezassete.

Relativamente a esta ata, nenhum senhor Deputado solicitou qualquer correção. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não a votaram por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes Deputados: Miguel Ângelo Teixeira Coelho e Tiago Queirós, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Hugo Miguel Costa Carvalho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim António Pinheiro, Cláudia Daniela Mota e Silva, Rui Manuel Costa Leite e Alfredo Teixeira Carvalho.

Da votação da ata resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Passou-se de seguida para o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: Em nome da bancada do PSD começo por felicitar os membros recentemente eleitos para os órgãos da concelhia do Partido Socialista de Amarante, na pessoa do seu Presidente, o Engenheiro Hugo Carvalho, a quem desejo um trabalho profícuo em prol de Amarante.

Quero também registar a eleição dos novos órgãos sociais do Externato de Vila Meã, com uma referência ao novo Presidente do Conselho de Administração, o senhor Ricardo Vieira. Entendo que se abriu uma janela de esperança para o futuro. Trata-se de uma instituição que há mais de 50 anos presta um serviço público de excelência em Vila Meã, com uma importância primordial nesta área do território, não só ao nível da educação mas também ao nível económico. Por isso, acho que o Externato deve ser uma causa de todos nós e penso que tem sido, porque todos devemos estar empenhados em ajudar o Externato. Eu sei que a Câmara já agendou uma reunião com o senhor Secretário de Estado, e com a nova administração e espero que essa reunião seja útil ao Externato. Manifesto daqui a disponibilidade da bancada do PSD para ajudar em tudo o que estiver ao nosso alcance. Votos dos maiores sucessos para os novos órgãos sociais e um grande futuro para o Externato.

Depois, passo a felicitar a Câmara pela recente aprovação da candidatura ao Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no uso dos recursos que viabilizam o projeto de reabilitação de dezoito quilómetros da faixa ribeirinha em

Amarante, candidatura esta selada com um grande abraço do senhor Presidente da Câmara ao senhor Ministro do Ambiente e com direito a fotografia. Considero que é uma candidatura de grande relevância para Amarante, ligada ao ambiente, à natureza e ao nosso rio. Foi submetida em julho de 2017, pela autarquia e destina-se a uma intervenção alargada de restauro, limpeza e manutenção das galerias ripícolas, com controle de infestantes e a plantação de espécies autóctones ao longo das margens do rio Tâmega, incluindo o restauro e construção de muros e açudes, pontes e pontões e a criação e manutenção dos espaços de inundação preferencial de forma a prevenir a ocorrência de cheias. Passará a haver outra capacidade no que concerne à resposta a cheias. Pretende-se ainda reabilitar quatro trilhos ao longo das margens do Tâmega permitindo o usufruto da população, a sua sensibilização para a proteção dos recursos hídricos, da fauna e da flora existentes na zona central de Amarante. Como sabem está também incluído o custo com reforço dos açudes mais emblemáticos e a criação de um espaço multifuncional no Rossio, na área recentemente adquirida pela Câmara. Trata-se pois de deixarmos de ter uma cidade de costas voltadas para o rio, que irá ganhar uma nova dimensão com esta candidatura. Será ainda agregada a outros investimentos que a Câmara pretende fazer que, ao que sei, pretende fazer a ligação do Parque das Bucas ao parque de estacionamento contíguo. A candidatura envolve um investimento total muito significativo de 3,47 milhões de euros com uma taxa de financiamento de 75% a fundo perdido, o que corresponde a um valor de 2,6 milhões de euros. Esta candidatura permitirá que Amarante venha a ser integrada no Plano de Gestão de Riscos de Inundação, um plano europeu com acesso específico a iniciativas para zonas críticas. Portanto, felicito a Câmara por mais esta candidatura à semelhança de outras que foram aprovadas e outras que ainda serão aprovadas no futuro”.

SARA MAIA – PS

No uso da palavra, fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “**A REABILITAÇÃO URBANA E O INSTRUMENTO FINANCEIRO - IFFRU 2020**

A reabilitação urbana, tem sido uma forte aposta política deste Governo, sendo hoje um tema incontornável e consensual em Portugal, quando se fala da conservação e defesa do património, do desenvolvimento sustentável e do ordenamento do território.

Como diz António Costa: “ *Só com uma nova geração de políticas de reabilitação e habitação, se conseguirá dar um novo impulso à revalorização das nossas cidades e ultrapassar os problemas estruturais graves que têm prejudicado os nossos territórios urbanos*”.

Ora, para apoiar a reabilitação urbana e a promoção da eficiência energética dos edifícios, existe um importante instrumento financeiro designado por “ IFRRU 2020” - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, podendo candidatar-se ao mesmo qualquer entidade, singular ou coletiva, pública ou privada.

O IFRRU tem uma dotação de 1.400 milhões de euros para projetos de reabilitação urbana, dos quais 703 milhões dizem respeito a fundos europeus do Portugal 2020, Orçamento de Estado, Banco Europeu de Investimento, Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, aos quais acrescem os recursos da banca comercial em, pelo menos, igual montante, podendo potenciar um investimento total de mais de 2.000 milhões de euros.

Os apoios correspondem a empréstimos em condições mais vantajosas para os promotores, tanto em termos de períodos de carência, que pode chegar aos quatro anos, como em períodos de maturidade, que pode chegar aos 20 anos, com taxas de juro e spread abaixo das praticadas no mercado, o que equivalerá quase a zero, junto dos quatro bancos que foram selecionados através de concurso público internacional: o Santander Totta, o Banco Português de Investimento (BPI), o Millennium BCP e o Banco Popular.

Este instrumento financeiro, apoia:

- a) A reabilitação integral de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos (ou no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2 determinado nos termos do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro);
- b) A reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas;
- c) A reabilitação de frações privadas inseridas em edifícios de habitação social que sejam alvo de reabilitação integral.

Os projetos a financiar no âmbito do IFRRU 2020, têm de cumprir requisitos em termos de localização:

- a) Se o edifício se destinar à habitação, tem de estar localizado num território definido pelo Município no PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana), a área do PARU é uma área prioritária definida dentro de uma ARU (Área de reabilitação Urbana), podendo ou não ocupar a totalidade dessa área.
- b) Se o edifício não se destinar à habitação, basta estar localizado numa área delimitada pelo Município – ARU, independentemente de estar ou não dentro da área definida no PARU.
- c) Se a operação incidir numa fração privada num edifício de habitação Social, tem de estar localizado na área delimitada pelo Município (ARU).

A formalização de candidaturas é simples e faz-se em três passos:

- 1.º - Pedido de Parecer de enquadramento à Câmara Municipal da localização do imóvel;
- 2.º - Elaboração de Certificado energético do Imóvel, antes da intervenção;
- 3.º - Pedido de Financiamento junto dos bancos selecionados.

A Câmara Municipal de Amarante, no seguimento desta política de reabilitação, e de forma a inverter a degradação do tecido urbano, procedeu à delimitação de quatro Áreas de Reabilitação Urbanas: ARU de Amarante, ARU de Amarante Norte, ARU de Vila Meã e ARU de Vila Caiz, todas elas com objetivos estratégicos próprios, e um objetivo comum: o reforço da função habitacional.

De destacar, que de facto a função habitacional, é a mais importante no nosso município, pois é a reabilitação para este fim, que permitirá aos Amarantinos, com falta de capitais próprios ou insuficientes, querendo, recorrer a este importante instrumento financeiro, que lhe permitirá em condições vantajosas, obter uma habitação condigna, melhorar o estado de conservação do seu imóvel e a eficiência energética do mesmo.

Pese embora, a Câmara Municipal de Amarante, tenha delimitado quatro áreas de reabilitação urbanas, o certo é que até á presente data, ainda não definiu a área do PARU, nas mesmas, pelo que, os Amarantinos estão impedidos de ver financiados os seus projetos de reabilitação para habitação, no âmbito do IFRRU 2020, cujas candidaturas abrem em Novembro de 2017.

Tendo em conta, que a área do PARU é uma área prioritária definida dentro de uma ARU (Área de reabilitação Urbana), podendo ou não ocupar a totalidade dessa área, desconhecem hoje os Amarantinos, qual a estratégia habitacional, que a Câmara Municipal de Amarante tem para as áreas de reabilitação urbanas já delimitadas.

No município de Amarante, a reabilitação urbana é urgente, face à degradação física de muitos edifícios, a qual se reflete por um lado, na qualidade de vida das famílias, que vivem em edifícios com fracas condições de habitabilidade, a maior parte delas com poucos recursos económicos, e por outro lado, afeta a qualidade do nosso tecido urbano, influenciando negativamente a imagem da nossa cidade.

É necessário travar esta degradação geral do edificado, de forma a que as edificações e as zonas mais antigas, sejam encaradas como património a preservar, e que através da sua reabilitação, seja possível salvaguardarmos a identidade da nossa cidade, tornando-a mais sustentável e transmiti-la às gerações futuras.

A reabilitação urbana, deve ser encarada como prioritária, no nosso município, até porque a mesma é essencial para aumentar a qualidade de vida dos Amarantinos,

relançar a economia local, através de uma aposta clara na habitação e no turismo, dinamizando o sector da construção civil, o qual criará empregos aos Amarantinos e oportunidades de investimento.

Face ao supra exposto, coloco ao Sr. Presidente da Câmara, duas questões:

1- Sabendo os Amarantinos, que já se encontram delimitadas quatro Áreas de Reabilitação Urbanas no nosso município, e que para reabilitar o seu prédio para habitação, ou para aumentar a eficiência energética do mesmo só poderão obter financiamento junto do IFFRU 2020, se estiver dentro do PARU da respetiva ARU, a qual depende de uma futura decisão política da Câmara em matéria habitacional, o que fará a Câmara de forma a possibilitar que todos possam obter, querendo, empréstimos que lhes permitam obter uma habitação condigna?

2- Quando estará definida a área do PARU?”

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que iria referir-se ao acidente ocorrido no Túnel do Marão em junho de 2017, aliás acidente que já foi várias vezes assinalado pelo PS, tanto aqui, na Assembleia Municipal, como pela voz do nosso Vereador, Raimundo Magalhães. As conclusões saídas há poucos dias sobre o incidente do Túnel do Marão, são arrasadoras para o socorro que foi efetuado nesse episódio de triste memória. Desse relatório, destaco quatro pontos que considero demasiado importantes e que quero deixar aqui sinalizados. Assim, é ali dito que: “os meios demoraram 36 minutos para iniciar o combate do incêndio”. “Os passageiros e o condutor ficaram durante esse período entregues a si próprios”. “ O número de contacto da concessionária estava errado, que não era o da concessionária, mas sim o da REFER”. Por isso conclui-se que o relatório vem comprovar que a atuação de meios e do sistema seria diferente se o Centro de Controlo estivesse a funcionar no Túnel do Marão e não em Almada. É nesse sentido que o PS lhe vem recomendar que tenha uma atuação política no sentido de que o Centro de Controlo e Segurança venha para junto do Túnel do Marão. Aliás, este debate tem sido feito nos órgãos autárquicos do concelho de Vila Real. São muitos os incidentes que tem ocorrido naquele túnel, por isso entendemos que deve haver da parte do senhor Presidente da Câmara o máximo interesse neste assunto.

ESTEFANIO PINTO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que “esta matéria da reabilitação urbana é uma aposta que já existe no nosso país há alguns anos. Inicialmente um dos percussores foi o município do Porto, porque, foi aí que foi criada a primeira legislação sobre esta matéria. É uma matéria que tenho acompanhado, até pelas funções que profissionalmente exerci no setor privado. A questão levantada pela senhora Deputada Sara Maia, também já me tinha surgido e a primeira explicação que eu encontrei foi que este é mais um daqueles casos que resulta das leis e regras criadas de uma forma homogénea para territórios heterogéneos. São leis criadas nos gabinetes em Lisboa, sem se ter um conhecimento real do território. Quanto a isto diria; nada de novo. Conforme foram saindo estas regulamentações e estas regras, a própria definição de PARU, foi alterando. A PARU é uma área prioritária definida dentro de uma ARU, ou seja o PARU nunca será um plano na totalidade das áreas da ARU, porque por definição nunca o poderá ser. A própria definição e delimitação do PARU tem sempre por base a estratégia de regeneração e reabilitação urbana definida pelos municípios dentro de uma ARU aprovada. A questão é que o próprio PARU tem de ser negociado por todos os municípios com a CCDRN no âmbito do Plano Operacional Portugal 2020. No caso concreto o nosso PARU foi aprovado em outubro de 2016, mas nesta data ainda só tínhamos uma ARU aprovada, porque as restantes ARU foram aprovadas em

data posterior à aprovação do primeiro PARU. Agora, surge a dúvida se pode ou não ser ampliada a área de PARU. Isso não é certo nem seguro e há diversos entendimentos onde até a própria Comissão de Coordenação tem dúvidas relativamente a isto, porque em princípio PARU só pode existir um. Poderá o mesmo PARU estar em diversas áreas de reabilitação urbana? Existe esta dúvida e a própria Comissão de Coordenação não tem resposta clara sobre isso. Isto é uma matéria que tem surgido de forma insistente. De facto na ARU de Amarante onde temos PARU definido está resolvido Nas restantes ARUs e com esta regra os privados ficariam privados de aceder ao IFFRU. Em princípio, o que resulta de tudo isto é que basicamente estamos na presença de um erro de escrita, que em princípio será alterado e em vez de condicionar a candidatura da habitações de estarem definidas em PARU, será alterado para edifícios dentro da ARU, que é aquilo que tem sido dito nas formações sobre esta matéria. O entendimento geral é mesmo este, porque estamos perante um erro que não faz sentido porque uma regra colide com a outra.

No caso de Amarante, os mecanismos já existem.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Quero aqui agradecer e registar a exposição detalhada da Dra. Sara Maia e depois também as explicações do Estefânio Pinto. Esta parte técnica será certamente ainda explicada pela Câmara e eu tenho quase a certeza que a Câmara de Amarante já definiu alguma área de PARU. Aliás eu penso que a Câmara de Amarante deve ser uma das mais adiantadas do país, nesta definição de reabilitação de área urbana. Eu queria só deixar uma nota política. Subscrovo inteiramente senhora Deputada que isto é um assunto prioritário para o município de Amarante. A legislação inicial já data de 2009. Este Executivo em 2013, pegou no assunto. Tivemos por isso quatro anos, onde não se fez nada por isto. O anterior Executivo agarrou neste assunto e bem. Já se fez muito trabalho e estamos quase na vanguarda, mas é claro que é preciso fazer ainda muito mais, mas estamos no bom caminho. O atraso que possa haver também tem a ver com o que me parece ser um atraso do Governo na execução dos fundos orçamentais. Penso que só estão executados cerca de 17% do Programa Portugal 2020. Mesmo não sendo o atraso muito significativo, eu penso que Amarante está na frente e vai continuar na frente preocupado com este assunto prioritário, que só passou a ser prioritário a partir de 2013, embora tenha tido o seu início em 2009.

Quanto ao túnel, subscrovo inteiramente as palavras do senhor Deputado José Joaquim e acho que o Centro de Controlo devia ter ficado aqui e se esteve aqui, nunca devia ter saído da cá. Por isso apelo aos senhores do Deputados do PS que ajudem o senhor Presidente da Câmara na intervenção política por uma decisão que passará pelas Infraestruturas, ou pelo Governo, ou seja por quem for, para que o Centro volte para cá.”

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que “queria começar por felicitar o Município pela estratégia de valorização da marca AMARANTE, que tem vindo a ser implementada e está à vista de toda a gente. É exemplo disso o aumento de visitantes ao Museu Amadeo de Souza Cardoso no ano de 2017, com cerca de três mil visitantes o que dá um aumento de dezassete por cento relativamente ao ano de 2016. Também quero felicitar o trabalho realizado em prol das pessoas mais necessitadas e idosas pela entrada em funcionamento da teleassistência.

Quero também dizer que estamos a cerca de quinze dias para que os proprietários dos terrenos inseridos em espaços rurais façam a limpeza dos matos. Ontem, à noite, ouvi o senhor Ministro da Administração Interna a dizer que esta é uma operação prioritária na sociedade Portuguesa e que isto será um desígnio nacional, mas que, usando um chavão publicitário de um banco, isto é um desígnio nacional, mas com um custo local, porque julgo que será de questionar o Executivo no sentido

de saber que divulgação tem sido feita à população. Tendo em conta a dimensão do nosso Município, que é dos maiores, pelo menos do distrito do Porto, será de perguntar se o Município já tem uma previsão de quanto é que isto irá custar à Câmara, até pelo facto de ela própria ter de limpar os terrenos de que é proprietária e também ter de limpar muitas vezes os terrenos dos proprietários particulares que não os limpam. Quanto é que isto irá custar? Como é que irá ser feita a limpeza da rede viária que atravessa o nosso concelho, que é muito extensa?"

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse que trazia dois ou três pontos que se prendem com a iluminação pública que gostava que o senhor Presidente da Câmara ajudasse a resolver. O primeiro prende-se com a rotunda dos Bombeiros, local onde há dois meses foi derrubada uma coluna de iluminação que ainda está por colocar. É um local bastante escuro que carece rapidamente da colocação de uma nova coluna de iluminação.

Depois, entre a rotunda dos Bombeiros e a rotunda de S. Lázaro, do lado esquerdo, foram instaladas umas colunas de iluminação pública, muito velhas e cheias de ferrugem. Dão nas vistas a quem chega e não ficam ali muito bem.

Quero também referir que o parque de estacionamento existente em frente à central de camionagem, no Queimado, não tem um único foco de luz pública, assim como o arruamento de saída até ao café Avenida.

Por fim quero lembrar uma situação que já trouxe aqui o ano passado que tem a ver com um acordo existente entre a Câmara e a EDP e que consiste em passar a rede aérea existente entre a chamada rotunda do LIDL e St^a Luzia, para rede subterrânea. É uma rede aérea muito velha, com os postes muito degradados que dentro da zona urbana não ficam nada bem. Era de retomar o acordo que previa que a Câmara abrisse e fechasse as valas, fazendo a EDP todo o outro serviço.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por dizer que "face às intervenções que anteriormente aconteceram, queria começar por referir a intervenção do senhor Deputado Dr. Araújo, quando se congratulou com a tomada de posse dos novos corpos dirigentes do Externato de Vila Meã, com as quais também concordo, porque espero que o Externato que no último ano tem vivido um período marcado por decisões políticas superiores, que puseram em causa a continuidade do Externato. Espero que estejamos numa inversão de todo o processo e que o Externato possa continuar a lecionar como fez ao longo de cinquenta e quatro anos naquela parte do território. Espero pois, que este Conselho de Administração possa permanecer em funções durante várias décadas. É esse o meu desejo e será um bom sinal para nós e para Amarante e em particular para Vila Meã.

Quero também agradecer-lhe a referência que fez à candidatura que foi feita no âmbito do POSUS, para que possamos intervir na zona ribeirinha. Estou entusiasmado porque quer eu, quer todos aqueles que estão nesta sala, temos certamente um carinho especial pelo nosso rio, porque sabemos bem a importância que ele tem para a cidade de Amarante. Acredito, que aquilo que eu ouço desde sempre, é que cada vez mais nos devemos voltar para o rio. Esta intervenção vai permitir melhorar e requalificar as margens, numa extensão de onze quilómetros, intervindo em dezoito quilómetros de margem; onze numa das margens e sete na outra. Por isso, dada a importância desta obra, estou desejoso por a começar.

Relativamente à intervenção da senhora Deputada Sara Maia, e àquilo que ela disse em relação à reabilitação urbana, quero dizer-lhe que disse tudo que importava dizer do IFFRU. Quanto ao PARU de Amarante, desde o momento em que foi negociado ficou definida a sua área de intervenção e estranho que a senhora Deputada não o saiba. A ARU, desde que entramos, foi desde logo a nossa prioridade. Logo no

primeiro mês de entrada do anterior Executivo, essa foi uma das nossas prioridades. Logo a seguir quando se começou a negociar o PARU, com pena minha, porque o que eu queria era ter começado a negociar o PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, mas infelizmente ficamos fora desse quadro, o que penalizou muito Amarante, mas não só Amarante. Na região norte foram cinco os municípios que ficaram prejudicados. Foram eles: Amarante, Marco, Felgueiras, Paços de Ferreira e Lousada.

Teríamos um “bolo” financeiro consideravelmente maior. As razões foram várias, mas seria moroso estar aqui agora a explaná-las. Queria dar nota que recentemente numa reunião havida na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, a senhora Vice-Presidente, que me representou, alertou para a necessidade de se enviar um documento para a CCDRN lembrando de que estes cinco municípios foram penalizados e que agora na renegociação do Portugal 2020, estes municípios pudessem acomodar um verba diferente, sabendo eu, numa conversa que tive na CCDRN com o senhor Presidente o Professor Freire de Sousa, a quem falei e lembrei que nós estávamos a ser prejudicados, se por acaso nesta reorganização poderíamos, juntos com os outros Municípios, poder ainda vir a ter PERU. Foi-me dito que era impossível. Claro que no Programa 2030, se for essa a orientação, isso pode vir a acontecer. Contudo, solicitou que o tal documento fosse enviado à CCDRN, a solicitar o reforço de verbas para estes cinco municípios. Espero que isso venha a acontecer. Isso seria bom. Respondendo ainda àquilo que a senhora Deputada aqui pergunta, se calhar podíamos ter aqui um reforço financeiro para redefinir alguns equipamentos a melhorar no âmbito do PARU, neste caso e noutras áreas que posteriormente viermos a definir, que são três novas zonas de intervenção: a zona norte de Amarante, Vila Caiz e Vila Meã, que não tem PARU, mas que espero possam vir a ter. As daqui foram logo definidas no início porque era a única área que nós tínhamos definido enquanto área de reabilitação urbana. É aqui, que aqueles que no IFFRU ou noutras candidaturas que possam vir a acontecer, vão poder acomodar o seu financiamento. Pela definição do IFFRU, poderão também outras áreas de ARU, que recentemente foram definidas poder usar o IFFRU, desde que não seja para habitação. As outras intervenções poderão vir a acomodar e a ter financiamento com este instrumento financeiro. Quero também dizer que já há muito tempo que poderíamos ter definido uma área de reabilitação urbana em Amarante. Fê-lo o Porto, que na altura em que nós fizemos a nossa primeira, já levava sete. Fez também Lisboa que fez uma para toda a cidade e fê-lo também Viana do Castelo. O anterior Executivo, mal tomou posse começou a trabalhar nesta matéria. Iremos continuar a fazê-lo porque em Amarante há muito a fazer. Em resumo: temos uma estratégia muito bem definida naquilo que é o PARU desde o momento em que foi definido e negociado com a CCDRN, em que tínhamos uma ARU e foi para essa ARU que definimos o nosso PARU. A área também está definida.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado José Joaquim, quero dizer-lhe que concordo com ela, porque também entendo que o Centro de Controle e Segurança devia estar aqui, assim como muitas outras coisas que também deviam estar cá. Continua a haver um centralismo muito grande, onde parece que o território está inclinado e realmente espero, e por isso vou continuar a reforçar a ideia e continuar a falar com quem de direito, para que o centro venha para cá. Na altura em que isto foi falado, pareceu-me que o foi um bocado a despropósito. Quando o acidente veio para a comunicação social não foram tomadas as atitudes certas, nem na altura certa. Era uma questão política e tinha a ver com os holofotes e com as candidaturas eleitorais, coisa que eu lamento porque não é assim que as coisas devem ser tratadas.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Vítor Rei que refere a limpeza dos terrenos, quero dizer que ainda hoje de manhã tivemos uma reunião com dois Ministros, com o senhor Secretário de Estado da Agricultura, com o senhor Secretário

de Estado das Autarquias Locais e ainda com o senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, onde falamos desta problemática que enche os jornais e os telejornais, e que hoje é uma coisa e amanhã é outra. Neste processo há questões técnicas que me ultrapassam e aquilo que eu achava que era uma boa medida e depois de ter ouvido técnicos a colocar questões acerca da limpeza e do desbaste que vai ser feito, foi-me dito que afinal isto vai provocar a rapidez da propagação do fogo e por isso se calhar vai ser pior a emenda que o soneto. Mas, vamos ter de cumprir a lei enquanto ela existir. É muito difícil de responder de quanto será o custo. Houve uma pequena projeção que foi feita, que não passa de uma estimativa que não sei se peca por excesso, se peca por defeito. Na área rural em que os privados têm que limpar à volta de suas casas, estimou-se que 70% iria cumprir a lei, iria limpar e havia 30% que não o faria. Trinta por cento de prevaricadores é um número simpático, mas acontece que os terrenos desses 30% que não vão limpar, representam um custo de três milhões e meio de euros, que alguém vai ter de suportar. Neste momento, ninguém sabe dizer qual será o custo real. Uns dizem sete milhões, outros dizem que é um milhão, mas muito sinceramente não lhes posso dizer qual será o custo. Uma coisa é certa; vai ser bastante elevado e não sei se vamos ter capacidade de responder no tempo que nos é pedido. Mesmo assim quero agradecer a todas as entidades que fazem parte da defesa da floresta, e a todos os Presidentes de Junta porque tem estado preocupados a solucionar um problema que é de nós todos. Espero pois, que apesar de tudo, Amarante venha a ter em futuros anos menos incêndios na floresta.

Agradeço as questões que o senhor Deputado Manuel Pinheiro colocou, porque são pertinentes. Eu também não percebi porque é que colocaram aqueles postes. Colocou no entanto uma questão à qual não lhe sei responder e que tem a ver com o ramal de S. Lazaro. Já reuni com a EDP, e sei que há ali um constrangimento qualquer de que não me consigo lembrar agora. Vou tentar lembra-me do que me foi dito e depois dou-lhe a resposta”.

SARA MAIA – PS

Usou de novo a palavra para dizer que “estive muito atenta às explicações que o senhor Presidente deu e quero dizer-lhe que não foram muito esclarecedoras. No entanto, conjugada a sua explicação com a do senhor Deputado Estefânio Pinto percebi que da reabilitação, mesmo não sendo a minha área de trabalho, é fácil perceber o seguinte: a delimitação da PARU dentro das ARU que não estão definidas, depende única e exclusivamente da Câmara Municipal e da política que esta pretende adotar relativamente à gestão habitacional. Quanto à questão das ARU nós já sabemos que todos os projetos que não tenham o fim habitacional são apoiados pelo IFFRU 2020 e aí qualquer particular pode iniciar um projeto de candidatura. A questão que se coloca é outra. O edificado habitacional em Amarante está degradado e era uma grande oportunidade que o senhor Presidente dava aos Amarantinos e sobretudo aos particulares, com poucos recursos económicos, de terem a oportunidade de poder usar este instrumento financeiro. Para isso basta que o senhor Presidente tenha uma política habitacional séria e pode, querendo, fazer coincidir a PARU com a ARU. Tem essa possibilidade. A PARU pode ter exatamente a mesma extensão que a ARU, basta que o senhor Presidente da Câmara o queira fazer. Privar os investimentos particulares por não o fazer é uma má política para todos os Amarantinos. As obras tem de estar concluídas até 31 de dezembro de 2020 e por isso os projetos tem de ser apresentados quanto antes.

ESTEFÂNIO PINTO – PSD

No uso da palavra disse que segundo os juristas não pode haver mais do que um PARU. É um entendimento consensual e neste momento é também o entendimento da Comissão de Coordenação. Se estas entidades dizem que não pode haver mais que um PARU, como é que vamos poder definir mais que um PARU? Neste momento a dúvida é se o PARU existente pode ser ampliado, assunto que ainda não teve uma resposta concreta. Admito que, enquanto jurista, tenha analisado esta matéria e se o seu entendimento é diferente, da minha parte agradeço o seu esclarecimento.

JOSE LUIS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que “quando foi vista a primeira ARU que **nós** aqui definimos, com a colaboração do PS que também ajudou na definição da área de intervenção, foi definido na negociação do Portugal 2020, um instrumento financeiro em que o envelope do PARU nos permitiu que definíssemos uma série de equipamentos e intervenções dentro da cidade. Sabendo nós de antemão que não poderíamos fazer a intervenção no seu todo, porque numa estimativa de intervenção para toda a cidade, falamos em vinte e seis milhões de euros e sabendo nós que só tínhamos um envelope de cinco milhões. Contudo, não deixamos de sinalizar porque foi esse o nosso objetivo. Daí para cá, não houve mais negociação de PARU nenhum. No entanto, nós entendemos de que deveríamos continuar a ser ambiciosos embora sabendo que o nosso PARU já não dava para esta primeira área. Nesta questão dos fundos comunitários, sabemos que temos de trabalhar sempre a montante, para quando for o momento, nós marcarmos presença. Por isso, é que achamos que há zonas em Amarante que podiam configurar numa nova ARU e foi por isso que definimos três. Havendo essa possibilidade e fosse da responsabilidade do Presidente da Câmara, já estariam em zona de PARU. Neste momento, ainda não há essa possibilidade. Vamos continuar a trabalhar no sentido da ORU. Até lá, nas negociações do Portugal 2020, vamos fazer aquilo que estiver ao nosso alcance, para que, de forma séria, todos possam ter a possibilidade de usufruir de fundos comunitários e esse, deixe-me dizer-lhe senhora Deputada, sempre foi o meu lema, sempre foi o meu princípio e continuará a ser pelo menos durante estes quatro anos. Eu queria que ficasse bem claro que é esse o nosso propósito. Agora, não podem vir para aqui dizer que “não está porque o senhor Presidente da Câmara não quer”. Aquilo que está ao nosso alcance já foi feito, que foi definir três novas ARU para podermos trazer dinheiro para reabilitar essas zonas que bem precisam.

SARA MAIA – PS

No uso da palavra disse que em jeito de conclusão e para terminar este assunto, espero que esses fundos comunitários, a vir, possam ser aproveitados pelos particulares e não só pelo município. Como o senhor Presidente também gosta de pedir pareceres jurídicos, nomeadamente à Universidade de Coimbra, aconselho-o a pedir mais um parecer no âmbito da delimitação do PARU dentro das ARU, porque, ao não delimitar uma PARU dentro da ARU, o senhor Presidente está a prejudicar os Amarantinos. A não o fazer, está a impossibilitar os Amarantinos de poderem utilizar este importante instrumento financeiro e isso depende exclusivamente de si, senhor Presidente da Câmara.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que tinha uma questão muito objetiva para colocar ao senhor Presidente da Câmara e mesmo sabendo que ele já esgotou o tempo de uso da palavra, cederá tempo do PS para que lhe possa responder, não sem antes deixar uma nota prévia para que as Assembleias futuras sejam mais produtivas e mais direcionadas, em particular fruto de algumas intervenções que aqui foram feitas. Estamos a partir de um princípio errado e vamos começar agora a não achar que tudo

o que se fez ou não fez em Amarante até 2013 é culpa do PS e tudo o que não se fez em Amarante é culpa do Governo do PS. Vamos ultrapassar esse trauma e vamos preocupar-nos em falar dos verdadeiros problemas de Amarante. Eu podia também dizer muito facilmente que o senhor Presidente de Câmara dá uma entrevista onde diz que quer criar condições para avançar rapidamente com a Regeneração Urbana de Amarante. Ora, de 5 de novembro de 2013, que eu não conheço nenhum avanço nesse sentido. Terminado isto, parto para a questão que queria colocar. O senhor Presidente, nas últimas eleições autárquicas ganhou e tinha legitimidade para representar o Município onde é solicitado. Esse é o mesmo princípio que eu espero que venha a acontecer com os demais autarcas que foram eleitos nesse mesmo dia. A minha pergunta é muito simples: quando o senhor Presidente da Câmara reúne institucionalmente com os senhores Presidentes de Junta, quem é que convoca?

Perante a pergunta, o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu-lhe que “convoco só os Presidentes da Junta e é com eles que reúno”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que “convinha que ficasse claro que de 1989 a 2013, o que não foi feito a nível local era da competência da Câmara do PS. De 2013 até agora, o que não foi feito a nível local e é da competência da Câmara, é do atual Executivo. De 2013 até agora, o que não foi feito e que seja da competência do Governo e até 2015, era da responsabilidade do Governo que estava em funções. De 2015 em diante o que não foi feito é da responsabilidade do Governo que está agora em funções. Isto é claro e não percebo porque é que se colocam aqui certas questões. Contudo, não devemos esquecer o que foi bom no passado, mas também não nos podemos esquecer do que foi mau. Da mesma forma, não devemos esquecer o que é bom do presente, mas também não podemos esquecer o que é mau. É verdade que há casos em Amarante que a todos preocupam. A Câmara deve envolver-se politicamente, como é obvio. Mas, por exemplo: Escola Secundária de Amarante, Externato de Vila Meã, Túnel do Marão, o Quartel da GNR pronto há cinco meses, etc, são assuntos da Tutela. Neste momento quem terá mais influência política será o PS, mas todos devemos ajudar a Câmara a resolver estes problemas que são de todos nós. Aliás, até devíamos fazer aqui um pacto de regime contra estes problemas todos.

Quanto à ARU, penso que ficou aqui bem definido. Penso que a senhora Deputada já fazia parte desta Assembleia, em 2009, quando saiu legislação. Porque é que desde aí, e até 2013, estivemos sem ouvir uma única palavra da senhora Deputada acerca do assunto?”.

Terminado este período da Assembleia, passou-se de imediato às **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO**. Inscreveram-se os senhores: **ANTÓNIO ADELINO**, que disse que queria colocar duas questões ao senhor Presidente, uma tem a ver com a casa onde nasceu o poeta Teixeira de Pascoaes e a outra com o Parque Florestal. Relativamente à casa do poeta, começo por dizer que se notam sinais de degradação e abandono, que embora não sejam muito preocupantes, porque estão numa fase inicial, se não se atalha a tempo podemos estar perante um caso de difícil resolução, e a minha vinda aqui é perguntar ao senhor presidente o que é que a Câmara, em articulação com a Associação Marânus, poderá fazer para debelar o problema, uma vez que é dona do seu espólio, atribui bianualmente um prémio literário com o seu nome e coorganiza com a Universidade de Lisboa um colóquio internacional.

Relativamente ao Parque Florestal, estudos e cartazes à parte, o que gostaria de saber da parte do senhor Presidente era se confirma aquilo que disse no debate no Café Bar com os outros candidatos, que o que inviabilizou a ideia que o senhor tinha para lá, tem um nome e um rosto, que é nem mais nem menos que o ICNF cujo responsável é um nosso conterrâneo.

Por fim, gostaria de fazer uma clarificação ao que se passou na última Assembleia: de facto, a instituição militar é credora de prestimosos serviços ao país. Todavia não está livre de crítica (não é nenhuma “vaca sagrada”) caso se justifique; como qualquer outra organização/construção humana (não está livre do erro, errar é humano); quando se afirma que devemos às Forças Armadas a liberdade, é verdade, porém, não nos podemos esquecer que quem nos trouxe até aqui (vésperas do 25 de Abril) foram essas mesmas Forças Armadas com o golpe militar de 28 de maio de mil novecentos e vinte seis.

Entretanto, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse-lhe que o que ele estava a fazer não eram perguntas e como tal iria cortar-lhe a palavra. Perante isto, o senhor António Adelino prescindiu de continuar a usar da palavra.

Foi dada de seguida a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que respondendo ao senhor António Adelino disse que neste momento a casa é propriedade da Associação Marânus, embora esta seja uma das casas a interencionar no âmbito do PARU, aliás na lista é logo a primeira e será recuperada para um centro interpretativo e isto porque entendemos que aquela casa deve ser reabilitada. Tive reuniões com a Associação Marânus e estou ainda à espera que a Associação resolva algumas questões internas.

No passado, o senhor arquiteto Rolando Torgo fez um estudo para aquela casa. Tive o cuidado de falar com a filha para que me confirmasse se havia ou não alguns projetos do pai para Amarante. Havia efetivamente dois. Um que era o da Casa da Cadeia que está neste momento a ser recuperada e o outro era a casa onde nasceu Pascoaes. Portanto, estou à espera que a Marânus nos passe a propriedade para que possamos avançar.

Relativamente ao ICNF e quando eu dizia que o diferendo era com eles, era-o efetivamente porque o parque está sob a tutela do ICNF, sendo o responsável uma pessoa de Amarante. Quando há um diferendo com um organismo, é lógico que quem responde por ele é o seu responsável. Fica ainda, para esclarecimento de todos que antes do final do ano passado, tive uma reunião com o senhor Presidente do ICNF, que mostrou disponibilidade para chegarmos a acordo. Para isso, eu teria de retirar a ação que interpus contra o ICNF, que neste momento está suspenso para se entrar em acordo. Esta semana tive uma reunião com os advogados para vermos qual a melhor forma de negociar, uma vez que há clausulas que eu não aceitei. Uma delas, é dizer que há uma parcela de território que nós assumíamos que não era nossa, e não é. Há uma parte do território, essa sim da Câmara, que nos foi dada em 1926, para que aí fossem instalados os serviços florestais. Não vou abdicar dessa clausula e dizer que aquilo não é nosso. Em resumo: tivemos um diferendo com o ICNF que tem como responsável um ilustre Amarantino com o qual neste momento estamos a tentar encontrar uma plataforma de entendimento para que aquele espaço possa ter uma intervenção da nossa parte.

Como não havia mais nenhum cidadão inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato para o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, com a discussão do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores deputados:

CANDIDO ZOIO do PS que fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Devo dizer que o Relatório de Atividades e Informação Financeira que aqui nos apresenta, não sofreu qualquer alteração de fundo do ponto de vista formal

relativamente ao anterior, mesmo depois dos alertas que fizemos, e do Senhor Presidente ter referido que a melhoria dos documentos é sempre importante.

Reforço assim as nossas preocupações e mantendo todos os alertas que fizemos à altura. De facto, este relatório é ainda um pouco mais confuso do que o anterior no que diz respeito à contemporaneidade.

Supostamente este relatório deveria refletir toda a atividade desde o dia 31 de outubro até ao presente, (data do relatório da reunião anterior) contudo o Sr. Presidente, na nota introdutória, refere que o mesmo reflete a atividade desde 16 de dezembro 2017 até 31 de janeiro 2018 (pagina 3) ficando dessa forma por aferir a atividade de 46 dias.

Recordo que o último relatório refletia as atividades até 31 de outubro e tendo sido a última reunião da assembleia a 16 de dezembro o que perfaz os 46 dias, devo também referir e a esse propósito que no que diz respeito à informação financeira e fazendo fé no que relata o Senhor Presidente apenas reflete o mês de janeiro de 2018, omitindo assim todos os dados relativos à execução financeira do último trimestre de 2017.

A acrescer a esta confusão surge um dado curioso, o edital exarado pelo Senhor Presidente da Assembleia ser datado de 13 de fevereiro e o relatório ser datado de 23 de fevereiro, ou seja o Sr. Presidente da Assembleia redigiu o edital de um ponto para esta reunião quando ainda não tinha o documento em sua posse.

Atendendo a estes pressupostos o relatório reflete de forma completamente desconexa os dados da informação física e financeira, este facto leva a que estejamos a opinar a propósito de dados que objetivamente são difíceis de analisar.

Nessa mesma dimensão e para podermos avaliar e escrutinar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal como é nossa competência enquanto deputados, temos que ter um documento com fio condutor, com indicadores da avaliação do desempenho e do esforço financeiro associado a cada atividade, e que contemple o seu impacto no município e que não seja construído com base em informações avulsas das diferentes estruturas do Município.

Nesse sentido volto a recomendar ao Senhor Presidente que o próximo fosse mais objetivo, completo e detalhado, desenhado em cima de um modelo único a utilizar por todas as estruturas municipais.

Devo reforçar que esse documento, não favorece apenas a leitura crítica e aprofundada do documento, pois pode ser igualmente utilizada, por vossa excelência para uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos, bem como fazer a demonstração plena do exercício da transparência que por nós Partido Socialista era proposto aos amarantinos, a prestação de contas ao cidadão de forma clara e inequívoca.

Aliás devo dizer que este executivo, atendendo aos relatórios que nos apresenta, não faz uma avaliação sistemática da eficácia, eficiência e de equidade do conjunto das suas atividades, pois dá-nos apenas a conhecer avaliações apenas parcelares e pontuais.

A confusão que agora impera pode ser demonstrada por exemplo pela apresentação das diferentes atividades sem fazer referência, por exemplo, a indicadores de esforço ou de impacto, como se pode verificar ao longo do documento.

Não percebemos também em cada peça do relatório se refletem as atividades e o nível de execução no tempo em apreço ou no acumulado, e estes são apenas exemplos paradigmáticos do que temos dito.

Por exemplo a peça referente à Agência de Planeamento Estratégico que a partir da página 53, como poderemos perceber os quadros apresentados, fazem o reporte da sua atividade, em determinado momento ao período em apreço, e continuando a ler o texto verificamos que apresentam dados acumulados, enquanto que outras estruturas no mesmo relatório, se focam apenas na atividade no período em apreço e em alguns casos refletem atividades que poderão vir ou não a acontecer,

sendo que o documento em avaliação não é um plano mas sim um relatório poderemos ver essa evidência na página 58, quanto à participação na BTL, a esse propósito (e só um aparte) somos da opinião que Amarante tal como todos os concelhos vizinhos deveria, também, ter participado de forma autónoma no XANTAR e na FITUR para podermos de forma mais musculada apresentarmos a nosso concelho ao mundo.

Em suma para monitorizarmos a avaliação do desempenho do plano de atividades era absolutamente fundamental uma alteração de fundo, na forma como o relatório nos é apresentado, pois ajudava na reflexão crítica e analítica do mesmo.

Deixo, portanto, à consideração a vossa excelência estas sugestões novamente, e pergunto se o próximo relatório que nos apresentará será mais completo, por uma questão até de transparência e de objetividade na avaliação do mesmo?

No que respeita à avaliação do conteúdo, o capítulo 1 do relatório esclarece a situação financeira.

Relativamente a este capítulo, tenho a afirmar que o Partido Socialista continua a alertá-lo para a prudência que tem de haver a nível financeiro principalmente quando se gere um orçamento que não é mais que dinheiro público.

Assim consideramos que em termos de endividamento, o seu executivo está num percurso que poderá ser perigoso, embora a dívida esteja controlada, atendendo ao limite máximo de endividamento.

Mais de 12 milhões de dívida, preocupa-nos, mas mais preocupante ainda é o crescimento fulgurante da mesma em tão pouco tempo, a dívida da Câmara desde janeiro de 2017 a janeiro de 2018, ou seja, em apenas num ano disparou aproximadamente 40% mais 3.514.965 euros, esta situação é ainda mais preocupante atendendo ao facto, e como podemos observar no quadro 1, haver redução de receita corrente. Se esta redução se mantiver tememos a possibilidade eminente de problemas financeiros.

E esta evidência é deduzida a partir da análise do mapa 3 que as despesas correntes tiveram um aumento exponencial muito alavancadas pelos juros e outros encargos.

Pergunto, portanto, se nos pode informar, à data de hoje, quais são os reais os indicadores financeiros:

Relativamente à dívida total do município?

Aos montantes utilizados relativos aos empréstimos?

Sabemos pelo mapa quadro 4, que à data de 31 de janeiro a disponibilidade financeira do município, cifra-se apenas em 2.570.853 euros isto retirando o montante de dotações não orçamentais que, como sabe não podem ser usadas, e sabendo também pela indicação no mapa 5 que, à mesma data, o endividamento a curto prazo, era enorme 3.276.906 euros constatamos que subtraindo esse montante ao anterior a disponibilidade real é de menos (-)706 052 euros, ou seja não tínhamos disponibilidade financeira a 31 de dezembro para fazermos face à despesa de curto e médio prazo.

As questões que se impõem relativamente a este cenário de resposta fácil:

Qual é a disponibilidade financeira real do município à data de hoje do município?

Qual o prazo médio de pagamento a fornecedores?

No capítulo II do documento está plasmada a atividade realizada pelo município.

Um documento, como o que nos está a apresentar, como lhe tinha referido anteriormente, deveria definir também um quadro de referência para a execução do plano que lhe estará associado, contudo nada disso é feito.

Das atividades constantes que o Sr. Presidente julgou serem relevantes, tenho algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente:

Na página 53 e 54, relativamente à Agencia de Planeamento de Estratégico (APE) quanto ao detalhe da informação patente nos quadros, sendo que a única

certeza que tenho é que a Agência de Investimento continua a ter uma taxa de execução extremamente baixa: Apenas 11 das 65 intenções de investimento foram concretizadas, o que leva a que os números relativos aos de postos de trabalho criados se cifram apenas nos 33 dos 524 que estão em acompanhamento.

Depois o documento, nessa mesma página, no texto que precede o quadro refere, e passo a citar “foram concretizados 10 investimentos” e no quadro síntese refere 11 investimentos.

Estas incoerências que continuam a figurar no relatório expressam em quem os analisa alguma insegurança, pois uma vez, pode ser mero gaffe a sua repetição levá-los a acreditar que não é um erro.

Nesse sentido, e dadas as incoerências registadas, volto a sugerir ao Sr. presidente que solicite à APE um relatório detalhado de toda a sua atividade, até porque, como referi na reunião anterior estamos a falar de uma estrutura que tem associado um esforço financeiro da autarquia muito significativo para o ano de 2018.

Atendendo ainda a esse indicador, pergunto ao senhor presidente qual é a sua perceção relativamente ao crescimento económico de Amarante último ano, nomeadamente no indicador relativo à descida da taxa de desemprego no concelho?

Sabendo que a APE deixou de acompanhar, relativamente a outubro, 9 projetos dos 74 em acompanhamento reduziu para 65 e manteve o número nos concretizados.

Pergunto de nos pode avançar, qual o motivo, que esteve na origem destes investidores deixarem de ter interesse no investimento em Amarante?

Para terminar a análise do relatório e atendendo às respostas dadas pelo Sr. Presidente, na última reunião, esperamos que acolha as sugestões e que as mesmas sejam contempladas no próximo relatório que apresente a este órgão. Tenho dito”.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA J.F. DE VILA CAIZ

No uso da palavra, começou por dizer que “não quero ser advogado dos serviços municipais, mesmo tendo estado na presença de um ataque como nunca se viu nesta Assembleia aos serviços da Câmara que produzem o relatório. Venho aqui apenas para ser o meu próprio advogado de defesa. Quando o orador anterior refere que estamos perante um relatório sem qualidade, quero dizer-lhe que todos nós se calhar também somos culpados disso. Não me parece que este relatório tenha tanta falta de qualidade como aquela que o senhor Deputado referiu. Este relatório, ao longo dos anos, foi sendo incrementado com mais informação e com mais qualidade. Não o foi só nestes últimos anos e por isso fico um pouco abismado quando o ouço dizer que o relatório só refere a parte financeira a partir de um de janeiro. Então senhor Deputado, a análise financeira deve ser feita relativamente ao orçamento, ou deve analisar períodos anteriores? Não percebo como é que faz essa análise.

Relativamente às atividades posso dar aqui alguma concordância àquilo que disse relativamente ao período que referiu. Quanto ao resto, não tem razão nenhuma. Não sei se a sua intervenção tem alguma coisa a ver com falta de conhecimento, mas quero deixar aqui bem claro que a roda não foi inventada hoje, assim como o senhor Deputado também não foi quem inventou o relatório”.

Foi de seguida dada a palavra ao senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, que no uso da palavra disse que ia aproveitar o tempo que lhe foi dado para esclarecer alguns aspetos do relatório, bem como a forma como ele é apresentado. Por exemplo quando se fala da questão do acompanhamento dos projetos de investimentos, quero dizer que eles têm acompanhamento contínuo, independentemente de terem dado entrada há um ano atrás. Os sessenta e cinco projetos estão em acompanhamento com reuniões permanentes realizadas pelas nossa equipa de trabalho. Não são reportados à altura, mas sim ao trabalho que está a ser desenvolvido agora. Representam a parte dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos, mas também vão

sendo analisados tendo em conta as partes já realizadas, onde é feita uma avaliação sobre a sua evolução ao longo do tempo. Procuramos ver se em períodos passados tivemos algum incremento nos projetos concretizados, se não tivemos, qual a percentagem de evolução etc.

Para se perceber o que é que tem levado a que alguns projetos não se concretizem, temos de ter em atenção o seguinte aspeto: a Agência de Planeamento Estratégico foi apresentada publicamente em Amarante acerca de um ano e meio atrás, em setembro de 2016, tendo sido apresentados os projetos de acompanhamento aos investidores no nosso concelho. Desde então, começamos a desenvolver esses contactos. Tem sido um trabalho gradual e temos visto acontecer muitas coisas boas nas mais diversas áreas, não só por aqueles que já foram concretizados, mas pela evolução que temos visto nos sessenta e cinco projetos que temos vindo a acompanhar. Uma coisa é falarmos do desenvolvimento de alguns dos projetos há seis meses atrás, e outra é falarmos hoje. Na verdade, o que nos tem acontecido é que pelas entidades que a nível regional, nacional e internacional, trabalham na captação de investimento estrangeiro, nós temos hoje em dia muito mais solicitações e propostas do que tínhamos há seis meses atrás. Isto tem sido um reconhecimento a vários níveis. Todo o trabalho que é feito aqui está coberto por um acordo de sigilo sobre muitos dos dados, que nós até gostaríamos de revelar mas que não é possível fazê-lo. Muito recentemente, um dos investidores que representa um dos investimentos mais significativos e interessantes do ponto de vista tecnológico para Amarante, reuniu com o senhor Presidente e com a nossa equipa técnica, e com vários agentes locais que também estiveram presentes. Logo que terminou aqui a reunião, foi também reunir a Braga, a Famalicão e Santa Maria da Feira. Curiosamente, quando nos estavam a dizer os concelhos que iam de seguida visitar, nós vimos logo que eram concelhos que já há muitos anos trabalham estas temáticas. Passada uma semana dessa reunião tivemos a formalização da escolha de Amarante como destino para a realização desse investimento, que ainda não foi feito porque está em processo de formalização de aquisição de terreno, processo este quase concluído. Enquanto o investimento não se materializar, não passa de uma coluna para a outra.

Os outros projetos que saíram da contabilização, saíram por variadas razões. Como temos como metodologia de trabalho acompanhar esses projetos mensalmente, e caso o investidor não nos contacte, somos nós a fazê-lo para perceber se o que tinha sido definido na reunião do mês anterior se mantinha ou não, com o propósito de saber se os planos de ação tinham sido cumpridos, se tinham sido encontradas dificuldades e se necessitavam de mais ajudas. Alguns destes investidores, porque não conseguiram financiamento, ou porque não encontraram a infraestrutura necessária para se instalarem, deixaram de responder ou mostrarem interesse. Tanto quanto sabemos não investiram cá, mas também não o fizeram noutra concelho.

Para terminar e relativamente à incorreção de dados detetada no relatório, páginas 10 e 11, trata-se efetivamente de uma gralha que foi identificada e solicitada a sua correção. Foi alterada na tabela, mas não o foi no texto e tem a ver com a seguinte questão: dez destes investimentos foram feitos por iniciativas de fora ou por novos investidores no concelho de Amarante. Um deles foi feito por uma empresa já instalada no concelho, mas que queria instalar uma nova unidade de negócio. Nós temos a nossa contabilização interna em tabelas separadas e por isso é que ela não foi reportada para aqui, embora tivesse sido identificada. Corrigimos de um lado, mas não corrigimos do outro.

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente da Câmara usou de novo da palavra para dizer que: “queria dar mais algumas informações acerca de como é que o investidor brasileiro que o senhor Vereador referiu chegou a Amarante. Em conversa com ele soube que foi através da Embaixada, o que prova que o trabalho que Amarante está a desenvolver nesta matéria está a dar frutos. Há um outro, também brasileiro, que chegou cá através da AICEP, e que está à espera que o IAPMEI lance o aviso para a internacionalização e para alta tecnologia, programa que está um pouco atrasado uma vez que o governo esteve mais focado, até este momento, nos programas para a floresta. Este é, portanto, um trabalho que embora muitos não lhe reconheçam mérito, é uma área que muito nos deve orgulhar. Há contudo um pequeno problema que tem a ver com o facto de ao longo de muitos anos e por opções políticas se ter desinvestido na indústria. Neste momento, este Executivo entende que deve investir e inverter este ciclo, mas para isso faltam-nos áreas de acolhimento empresarial. O processo é moroso e burocrático mas estamos a trabalhar por forma a conseguirmos finalizá-lo.

Relativamente ao relatório, agradeço ao senhor Presidente da Junta, Jorge Ricardo, por ter feito aqui a defesa dos técnicos. Há efetivamente muita coisa que tem de ser melhorada e nós estamos aqui para melhorar. Andar para trás não. Temos é de andar para a frente. Agora, também é verdade que esta é uma estrutura que vinha do passado, que vamos mudando, procurando usar sempre a mesma linguagem, coisa que nem sempre é fácil. Isto é um trabalho que vem de dentro da Câmara que nós depois monitorizamos. Sempre foi assim. Os técnicos da Câmara irão ficar sensíveis às críticas e certamente, com o tempo irão ajudar a melhorar. No entanto há coisas que no passado vinham e agora também vem, embora a leitura seja agora feita de forma diferente. Quando o senhor Deputado fala no indicador de 40%, não percebo onde foi buscar esse indicador de dívida. A dívida de médio e longo prazo, a dívida à banca está, como sempre esteve, no valor de nove milhões e sessenta e cinco euros que curiosamente é menor do que quando aqui chegamos há quatro anos. Na altura passava os dois dígitos, os dez milhões. Agora está preocupado porque estamos na ruína e eu fico sem saber onde é que o senhor Deputado vê isso. É verdade que as receitas tem vindo a baixar. É verdade que a responsabilidade de Município tem vindo a aumentar. É verdade que o país passou por uma crise nunca vista e que ainda nos batem à porta para isentar ou para ajudar. Mesmo assim temos estado na linha da frente, mas as coisas vão mudar. Temos de acreditar que há uma nova orientação e que o país vai crescer, embora neste momento o esteja a fazer abaixo da média europeia. Na dívida de curto prazo, um milhão e meio tem a ver com as amortizações da dívida. É agora assim e também era no passado. No passado não tinha a dívida de curto prazo em quinhentos mil euros. Era sempre mais ou menos esta ordem de grandeza. Nós, desde que entramos, baixamos as taxas todas. Aquilo que estava na dívida de curto prazo até era maior. Depois tem também as dívidas normais a fornecedores, todos os meses no valor de cerca de setecentos mil euros. É o normal, é essa a dívida de curto prazo, que se soma à outra dívida de médio e longo prazo e dá os doze milhões. O senhor Deputado faz esta leitura e só vê o que lhe interessa. Peço-lhe que quando fizer esta leitura, tenha a preocupação de pelo menos comparar o comparável. Relativamente à forma de fazer o relatório, vamos procurando melhorá-lo de modo a que todos possamos fazer uma leitura mais fácil. Eu também não concordo com tanta folha e acho que devia ser muito mais sintético e objetivo. Na área da cultura já cortamos muita informação porque era demais. Eu próprio não conseguia ler toda aquela informação. Agora a informação está lá toda. Podia eventualmente estar mais trabalhada, mas isso não é razão para vir aqui falar na falta de clareza por parte dos técnicos. Acreditem que eu não peço aos técnicos para omitirem e por isso tenho que fazer a sua defesa. Vamos agora encetar uma série de obras e concerteza que vai aumentar a dívida, porque vamos ter de nos financiar. Em resumo: fico com a responsabilidade de ir melhorando o relatório, mas entendo que os ataques que lhe são

feitos não são justos e por isso quero lembrar que isto já vem do passado, e por isso respeite pelo menos os colegas que já cá estavam no passado.

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra dirigiu-se em particular ao senhor Presidente da Junta de Vila Caiz para lhe dizer que estamos a analisar um relatório de atividades e a situação financeira e não um plano e orçamento. Portanto, não tem de ser no período do ano civil. Estamos a falar de um documento político que se refere a um certo período de tempo e quando o analisei não pus em causa nenhum funcionário da autarquia. Se os documentos não têm qualidade, a responsabilidade não é dos funcionários, mas sim de quem os assina e neste caso quem os assina é o senhor Presidente da Câmara. Por outro lado também fico satisfeito, porque um Professor Primário teve a resposta às questões que colocou vindas de um senhor Vereador e do senhor Presidente, o que mostra que as dúvidas são interessantes. Agradeço o empenho mostrado.

O senhor Vereador não disse um único motivo porque é que os investidores deixaram de investir. O senhor Presidente da Câmara fugiu à questão dizendo que o senhor Deputado em Lisboa é que deve saber. Ficamos também a saber que alguns apenas têm intenções. Eram dados importantes para que o senhor Presidente tomasse as decisões que fossem necessárias para acautelar todas as necessidades que o Município tem para receber esses investidores. Devo dizer também que quando se baseia na questão do sigilo, que na verdade tem de ser respeitado na fase de negociação, também é certo que quando esses investidores se vão embora esse sigilo deixa de existir e por isso podemos escrutinar os motivos para melhor avaliar as situações.

Quero dizer também ao senhor Presidente de Junta que ninguém me dá lições de moral na melhoria do serviço público e neste caso no serviço da Câmara Municipal, porque quando venho aqui, a um órgão democrático, onde posso apresentar as minhas críticas e as minhas sugestões que eu espero que sejam acauteladas pelo órgão Executivo, porque é para isso que eu aqui estou enquanto Deputado. Portanto, ninguém me dá lições de moral, muito menos o senhor Presidente de Junta acerca da minha forma de estar, de ser ou de dizer as coisas. Fui eleito para este mandato e não para mandatos anteriores e é por isso que aqui estou.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra o senhor Deputado disse que “me satisfaz muito ver no relatório de atividades da Câmara ver constar que há investidores interessados em investir em Amarante. Isto é que deve ser realçado e mais do que querer saber quais os motivos porque meia dúzia deles deixaram de querer investir em Amarante, com razões diversas, se calhar vale a pena explorar porque é que finalmente há gente a querer investir em Amarante. Perante esta discussão toda, que foi feita aqui, acho que não deve ficar fora da memória de toda a gente que há investidores a querer investir em Amarante porque há trabalho para isso.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que: “eu vou passar a especializar-me em relatórios de atividades porque já vi que as Assembleias vão incidir muito sobre isto. Senhor Presidente, o senhor pode mudar o relatório quinhentas vezes, mas vai ter sempre críticas, independentemente das mudanças que faça. Isto é uma técnica que se usa muito quando se quer criticar por criticar o que não quer dizer que seja o caso. Eu penso que o senhor Deputado não estava aqui em 2009 e quero dizer-lhe que esta estrutura é em tudo similar ao que acontecia antigamente e portanto ficamos aqui a saber que o senhor Deputado acha que os anteriores relatórios também não tinham transparência e qualidade. Eu não falei aqui nas competências que o PS possa ou não

ter por causa das cheias. O Partido Socialista não tem competências para fazer com que chova ou deixe de chover. Quanto à GNR, o senhor Deputado sabe muito bem de quem é a responsabilidade do que é que falta fazer no quartel da GNR.

O que eu sugiro para o relatório é que se ponha em termos de atividade da APE, o que se ponha na APE entre 2009 e 2013. Baixará um pouco as críticas, nesse âmbito. Também se falou aqui de sigilo e não vale a pena usar aquela confidencialidade contra algumas cláusulas, como se usa em relatórios de situações catastróficas, como se usa no nosso país. Acima de tudo, eu vim aqui pela positiva e também me interessa registar as coisas positivas que acontecem na nossa terra. Eu, que li o relatório por alto, mas vi na página 58 que foram aprovados cinco candidaturas: - Amarante em Regeneração, Reabilitação do Cine-Teatro, Reabilitação do Bairro Cancela de Abreu – Eficiência Energética, O Marão tem sangue azul e Intervenções Estruturais de Desobstrução, Reabilitação Fluvial e contenção de cheias em zonas de inundações frequentes e danos elevados em Amarante, tendo já assinados os termos de aceitação. Aguarda-se decisão sobre reclamação apresentada em sede de audiência prévia quanto aos termos de aprovação da última. Isto é de facto relevante e traduz o nosso empenho na captação de fundos estruturais, o que não acontecia no anterior. Admito que se possa fazer sempre melhor, tendo em conta que a crítica possa ir até ao infinito. Agora, ficava bem registar estes aspetos que são extremamente positivos para a nossa terra”.

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que queria registar uma resposta que não deu ao senhor Presidente da Câmara para lhe dizer que foi buscar os números aos quadros, numa leitura rápida e com uma conta de subtrair. Quero ainda registar como dado positivo que Amarante reduziu em 12,49% a taxa de desemprego embora sendo certo que o norte foi 15,72% e o resto do país foi 16,32%.

JOAQUIM AUGUSTO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra disse que ficou admirado com o facto do senhor Deputado Cândido Zoio ter ficado aborrecido com o senhor Presidente da Junta de Vila Caiz, porque ele não concordou com ele. O senhor Deputado Zoio falou e o senhor Presidente da Junta de Vila Caiz tem todo o direito de vir aqui expressar a sua opinião. Era o que faltava que qualquer Deputado viesse a ficar privado da palavra só porque um outro Deputado não gosta. O senhor vai ter de se habituar, nesta casa, a ouvir aquilo que os outros dizem, goste ou não goste. E se aquilo que eles dizem não corresponder à verdade, então aí, o senhor vem cá rebater.

SARA MAIA – PS

No uso da palavra disse que relativamente aos cinco projetos que o senhor Deputado António Araújo referiu, lamentavelmente não vejo nenhum de iniciativa privada, nem nada relativo à delimitação das PARU. Aproveito para responder ao senhor Deputado António Araújo, para lhe dizer que foi com muito orgulho que em 2009, desempenhei as funções de Deputada Municipal pelo PS e que tenho memória. Lamentavelmente, as questões que coloquei hoje ao senhor Presidente da Câmara, na altura não as podia fazer porque, desde logo, as mesmas nem sequer eram cogitáveis, isto porque aquilo de que eu vim aqui falar na minha intervenção foi de um instrumento financeiro ligado à reabilitação urbana que apenas está em funcionamento desde novembro de 2017. As candidaturas estão abertas desde novembro de 2017, e portanto, é a este Executivo que cabe definir, decidir e executar a estratégia política habitacional que pretende para o Município. Embora me orgulhe muito do passado do PS, é hora de olharmos para o presente e para o futuro, pois os Amarantinos reforçaram a legitimidade democrática do senhor Presidente da Câmara e estão

interessados nas políticas que o mesmo adotará no decurso do seu mandato pois são essas que serão sufragadas no próximo ato eleitoral.

ESTEFÂNIO PINTO – PSD

No uso da palavra disse que o aviso 16/2016/10, do Programa Operacional Norte 2020, diz no ponto 5.5.2 o seguinte: “o FEDER disponibilizará para estes programas do PARU, noventa e quatro milhões de euros. Se pegarmos nesta verba e a dividirmos pelo número de Municípios, encontraremos uma média de trezentos e cinco mil euros. Se dividirmos o valor agora encontrado pelas oitocentas e sessenta e quatro ARU, estamos a falar de cento e nove mil euros para cada ARU. Para terem noção, Amarante conseguiu negociar no âmbito do Programa 2020, cerca de quatro milhões e meio de euros.

No ponto número 6, diz: “cada Município apenas poderá apresentar um PARU. Está nas regras que conduziram à criação dos PARU e mais claro do que isto não poderá ser.

SARA MAIA – PS

No uso da palavra disse ao orador anterior que: “a ser correto o seu douto esclarecimento, então só lhe posso dizer que a Câmara está a adotar uma fraca política habitacional.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PROJETO DE REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE AMARANTE

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra, o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “É inquestionável o reconhecimento do empenho e dedicação dos bombeiros por parte da comunidade.

Os bombeiros voluntários defrontam-se diariamente com situações muito graves que até podem colocar a sua vida em risco. O espírito de altruísmo, solidariedade e, não raras vezes, de heroísmo com que estas mulheres e homens defendem a comunidade, merecem a concessão de alguns benefícios que, em alguma medida, possam enaltecer e registar o reconhecimento pela assunção de uma atividade de risco em nome de uma tão nobre causa como é a de velar pela segurança e bem-estar das populações que servem.

Nesse sentido o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta apresentada”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que é cada vez mais relevante o papel dos bombeiros e por isso felicita a Câmara por apresentar este Regulamento. Votarão a favor da proposta.

ANTÓNIO TOMAZ – CDS/PP

No uso da palavra disse que queria congratular a Câmara e o Executivo pela apresentação deste Regulamento. Os bombeiros fazem muita falta e penso que este Regulamento poderá contribuir para que cada vez mais pessoas queiram ir para bombeiros. Ultimamente está a acontecer que há falta de pessoas que queiram ir para este serviço. Votarão a favor.

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara começou por dizer ao senhor Deputado Cândido Zoio que a profissão de Professor Primário é uma das mais nobres que há e não quis ridicularizar a profissão. Se fosse Enfermeiro diria que era enfermeiro, se fosse Gestor como eu, dizia que era Gestor. Não quero que entenda que eu disse que a classe dos professores, que é das que eu mais prezo, não seja muito importante. Entendo-os como podendo ser um exemplo para os nossos filhos, por exemplo em termos de conduta. Por isso não quero que haja mal entendidos nesse aspeto.

Esta proposta apareceu, porque quer o senhor Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Amarante, quer o senhor Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Vila Meã, apresentaram os dois uma proposta no sentido de que houvesse da parte do Executivo a vontade de fazer avançar a proposta. Quero, por isso, registar que a proposta foi conjunta das duas corporações de bombeiros e que a mesma no seio do Executivo teve amplo acolhimento, tendo obviamente que ter de ser ajustada à questão legal. Há algumas situações na proposta que não podiam ser cumpridas, apenas por questões meramente legais. Tudo o resto está regulamentado.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação, resultou a aprovação da proposta por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos, também por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VÍNCULOS PRECÁRIOS

O senhor Presidente da Assembleia começou por dar a palavra à senhora Vereadora Lucinda Fonseca, para que ela desse uma breve explicação acerca da proposta que agora se começava a discutir.

Assim, no uso da palavra, a senhora **VEREADORA LUCINDA FONSECA**, começou por dizer que “esta proposta que agora vai ser discutida tem a ver com a aprovação do mapa de pessoal decorrente da regularização extraordinária dos precários, e decorre de uma imposição legal, da Lei nº 112/2017, que permite de uma forma excecional regularizar todos os postos de trabalho considerados necessidades permanentes da autarquia e que estariam ocupados por colaboradores com relação contratual precária. Começamos por fazer um levantamento ao nível dos serviços para verificar quais os postos de trabalhos ocupados nestas circunstâncias. Para isso, tivemos diversas reuniões, quer com as chefias, para aferir o levantamento dessas necessidades e saber quais as funções que estariam a exercer os colaboradores nesses postos de trabalho. Depois desse levantamento tivemos reuniões setoriais, assim como um a reunião com os sindicatos para lhes dar a conhecer todo o processo e todo o procedimento adotado pela autarquia. De todo o levantamento final, fizemos o cruzamento com os lugares que estariam no mapa a prover e foi feito o levantamento dos lugares a criar em função do número de postos de trabalho identificados. Nesta regularização, para além dos lugares que estavam já previstos no mapa, temos a proposta de criação de sete novos postos de trabalho, devidamente assinalados na coluna do segundo mapa de pessoal e que tem as sinalizações a cor amarelo, para ser facilmente identificável. Relativamente ao mapa inicial que foi apresentado e aprovado juntamente com o orçamento, o que fizemos foi fazer o seu ajuste. Os lugares que estavam a criar e que tinham sido aprovados, passaram para a coluna dos lugares a prover e assim temos identificadas todas essas intenções de regularização assinaladas com a cor amarela. Num total de cinquenta e um postos de trabalho, sete constituem a criação de novos lugares. Em termos de categorias temos doze técnicos superiores, cinco assistentes técnicos e trinta e quatro assistentes operacionais”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra o senhor Deputado começou por perguntar ao senhor Presidente da Assembleia se o esclarecimento que a senhora Vereadora acabou de dar foi pedido por algum Grupo Parlamentar. Pelo PS não foi. Em todo o caso, esta não é a questão o mais relevante. Quero, em todo o caso dizer algumas coisas muito objetivas.

Em primeiro lugar, esta é uma medida que, em bom tempo, o PS no Governo, decidiu tomar; a criação de vínculos de trabalho efetivos, com dignidade e segurança no trabalho é uma das grandes premissas e um dos grandes valores que o PS sempre assumiu e que permite hoje que as autarquias possam regularizar alguns postos de trabalho, não sendo aqueles que dão mais estabilidade, constituíam necessidades permanentes em horário e local de trabalho. Se assim é, devem ser constituídos vínculos de trabalho efetivos. Esta transformação permite à Câmara Municipal de Amarante reforçar os seus quadros com mais cinquenta e um colaboradores. Sendo o Presidente da Câmara Municipal de Amarante, Presidente desta autarquia há mais de quatro anos, intitulado-se um gestor, presumo que ao longo destes quatro anos acredite que este quadro de pessoal é o que satisfaz as necessidades do Município, para executar a política que quer levar por diante. Portanto, se este passo é essencial para hoje darmos dignidade a todos aqueles que o Município precisa no âmbito das suas funções, dando-lhes proteção no emprego, também quero dizer que este é o momento para termos oportunidade - e aí o PS será mais exigente -, em não tolerar que a Câmara Municipal faça da contratação nestes termos, que não são os mais dignos, uma política de contratação efetiva daqui por diante. Este é o grande compromisso que nós gostaríamos que o Presidente da Câmara hoje, aqui assumisse. Estando satisfeitas estas necessidades, reconhecendo da importância de vínculos de trabalho efetivos, de que não haverá no futuro os contratos de trabalho que não são aqueles que mais constituem o fundamento que nós mais queremos e que de hoje em diante o expediente que foi até hoje usado abusivamente em determinados casos, não seja a prática reiterada para o futuro e esta é a oportunidade onde o PS marcará uma posição séria e rigorosa no que diz respeito a este domínio.

Porque na minha intervenção anterior me esqueceu, quero agora agradecer a cortesia da bancada do PSD, nos cumprimentos que prestou ao PS pela minha eleição para a concelhia do PS, gesto que agradecemos.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que “a proposta decorre de uma imposição legal, sendo uma das atuais bandeiras do atual Governo e está profusamente fundamentada. Vai aumentar a despesa, mas terá de ser suportada. O mapa de pessoal até estava adequadamente planeado uma vez que em centenas de pessoas só está prevista a criação de sete novos lugares, o que dá um desfazamento muito pouco significativo. Vamos votar a favor. Também acho que a Câmara para necessidades permanentes, cargos sujeitos ao poder disciplinar e ao poder hierárquico, deve admitir pessoas com contratos sem termo. Agora, o senhor Deputado sabe muito bem que isto é mau, mas não é desta Câmara. Se calhar é das trezentas e oito Câmaras e do próprio Governo. O que exigimos aqui à Câmara também temos de exigir ao nosso Governo que também está a regularizar muitos dos seus funcionários. Temos de ser rigorosos não só aqui, mas em todo o lado, a começar pelo Governo. Isto em Amarante não é virgem. Salvo erro, em 2009 ou 2011 havia na Câmara cerca de 64 assistentes que estavam com contrato a termo há muitos anos, numa situação ilegal e na altura, muito bem, foram enquadrados no quadro de pessoal”.

JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente começou por dizer, em resposta ao senhor Deputado Hugo Carvalho, que “sempre foi norma nesta Assembleia que o senhor Presidente da Assembleia, agora o Dr. Pedro, colocar em primeira mão se o Executivo queria prestar alguns esclarecimentos antes de dar a palavra aos senhores Deputados. Esta sempre foi a norma. Não percebo porque é que alguém agora estranha que o Executivo entenda que a senhora Vice-Presidente tivesse pedido a palavra para esclarecer os senhores Deputados. Não sei onde é que está o espanto dessa medida, mas deixe-me dizer-lhe senhor Deputado que sempre foi assim e quer o senhor concorde ou não concorde é assim que deve ser. Não sei o que é que o incomodou, mas a partir de agora é assim e não vai o senhor Deputado alterar as normas que sempre foram tidas nesta casa.

Se o senhor Deputado analisou convenientemente os documentos que lhe foram remetidos, o Mapa de Pessoal pressupõe; ou melhor aquilo que os serviços entendem que deveria ser o necessário para o exercício da atividade em pleno, o que não quer dizer que seja o meu entendimento, teríamos de meter 190 pessoas, que é o que está no Mapa de Pessoal. Quando o senhor Deputado vem aqui, não sei com que intenção dizer que “*a partir de agora*”, eu digo-lhe que, a partir de agora nós estamos a cumprir o requisito legal e somos provavelmente um dos municípios mais adiantados nesta matéria, porque nós somos cumpridores. Por isso eu gostaria que esta norma fosse aplicada por todos, até pelo Governo. Por exemplo, nas escolas na parte que não é da nossa responsabilidade havia elementos identificados como sendo precários. A questão é: quem é que os vai contratar? Não pode ser o Município de Amarante porque ainda não tem delegação de competências. Estamos a falar de 19 só para o primeiro ciclo. Pedi à senhora Vice-Presidente que fizesse chegar à DGES um ofício dando-lhes conta desta preocupação e perguntar quem é que os vai contratar. Será que o Governo vai ter uma política diferente que só se aplica às autarquias e à saúde? Espero que não e por isso aguardo que todos aqui sejamos fiscais da legalidade.

Como segunda nota, quero dizer que vem aí descentralização e, com isso, vem a questão das responsabilidades para o Município em algumas áreas como a educação e a saúde, entre outras. Eu estou muito apreensivo exatamente por causa desta questão do pessoal, porque para as Câmaras a conversa é uma e para as outras entidades a conversa é outra. Por exemplo, os auxiliares e os assistentes técnicos do quadro de pessoal do pré-escolar devia ser pago integralmente pelo Estado. Acontece que são-nos pagos 34 salários, quando o município de Amarante paga 127, o que quer dizer que se as Câmara não pagassem, não havia nenhuma escola a funcionar. Mas isto não é de hoje. É isto que me preocupa e é a isto que os senhores Deputados também devem estar atentos. O problema de pessoal não está ainda resolvido, nem para aí caminha, porque há ainda muitas necessidades que esta Câmara vai ter de resolver no futuro. Claro que para isso temos de ter condições para poder responder porque as receitas diminuem mas as responsabilidades tem aumentado. Com este aumento de responsabilidades querem ainda que apresentemos relatórios brilhantes. Não pode ser porque os técnicos têm de trabalhar. Por isso é que eu digo que este tom de que fica tudo resolvido porque o Governo fez uma grande coisa - a seu tempo iremos ver”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que o PS não pediu qualquer esclarecimento acerca deste ponto e como tal não somos nós que queremos qualquer procedimento novo nesta Assembleia. Eu apenas disse que não foi o Grupo Parlamentar do PS que solicitou esclarecimentos. Haverá muitos outros pontos onde a Câmara deverá dar uma explicação inicial como sempre fez. Não será por minha imposição que isso vai deixar de acontecer e quanto a isto estamos esclarecidos.

Num segundo aspeto destaco a situação dos precários, que para mim é muito cara porque afeta a geração dos mais jovens, com a qual me sinto mais comprometido, quanto mais não seja pela minha idade. Preocupa-me a situação da integração dos Bolseiros, se calhar muito mais do que os problemas das Autarquias Locais, porque é muito importante fixar a investigação no nosso país, que não podemos perder por mantermos vínculos contratuais precários. Estranho seria se o Mapa de Pessoal não correspondesse às necessidades que agora estão a ser elaboradas. Isto é um mínimo exercício de gestão e esta é uma oportunidade de nós combatermos um flagelo que existia na nossa sociedade, os vínculos precários que existiam na administração pública e em particular nas autarquias. Agora o que o Partido Socialista quer deixar bem claro é que este não pode ser um tempo perdido para se integrar estes e criarem-se outros novos vínculos precários com 50 novos postos de trabalho. É esta chamada de atenção que nós queremos fazer e, por isso, esta deve ser a oportunidade para nós não fazermos nos próximos anos o recurso ao mesmo expediente que até hoje vem sendo usado. Em todo o caso, a responsabilidade do Mapa de Pessoal é da autarquia e o PS irá abster-se, dando a liberdade àquilo que foi a proposta da Câmara de trazer aqui hoje a gestão dos recursos humanos como assim o pretende fazer.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 22, votos a favor: 29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “A intervenção educacional dos municípios representa hoje um domínio incontornável na análise das questões da descentralização, da territorialização, da subsidiariedade, da regulação e da eficácia do sistema educativo.

É neste contexto que as autarquias vêm assumindo um maior espaço de manobra e uma intervenção crescente, podemos verificar isso mesmo no preâmbulo do decreto-lei 7/2003 que criou os Conselhos Municipais de Educação e que os considera “um órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível do concelho”.

Nesse sentido a Câmara Municipal deverá dar relevância ao método para a escolha dos diferentes representantes, nomeadamente os representantes dos pais e encarregados de educação. Alertámo-lo assim, para a importância de apelar a todas as associações de pais e encarregados de educação que participem na escolha dos seus representantes, mantendo a base de contactos atualizada.

Informo-o que o Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta apresentada, partindo do pressuposto que a mesma foi construída tendo por base o princípio da participação democrática”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que iriam votar a favor. Nunca como hoje foi dada tanta importância e relevância à educação e, para além das eleições previstas na lei e nas inerências, os representantes que aqui constam foram indicados pelas próprias instituições a consulta da Câmara, sendo que não podia haver escolha mais democrática.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte

resultado: **votos contra: 0, abstenções: 0, votos a favor: 51.** Aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, quando eram zero horas.

Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

